

O papel das mídias na construção de uma memória ética

The role of the media in the construction of an ethical memory

El papel de los medios de comunicación en la construcción de una memoria ética

Ana Paula Goulart RIBEIRO¹
Izamara Bastos MACHADO²
Rachel BERTOL³

Resumo:

Este artigo discute como a memória se faz presente transversalmente e de maneira decisiva em muitos fenômenos sociais e processos midiáticos, a partir da análise do conjunto de artigos selecionados para a primeira edição do dossiê **Comunicação e Memória: perspectivas teóricas e materialidades**. A partir dos usos cotidianos das mídias, observam-se abordagens múltiplas, tanto em termos das perspectivas teóricas adotadas, quanto das temáticas e problemáticas pesquisadas. Trata-se de um percurso que, entre outras questões, destaca o papel da mídia na construção de uma memória ética, horizonte que conduz a reflexões e diálogos que tecem esse Editorial.

Palavras-chave: comunicação e memória; mídia; memória ética.

Abstract:

This article discusses how memory is present transversally and decisively in many social phenomena and media processes, based on an analysis of the set of articles selected for the first edition of the dossier "Communication and Memory: Theoretical Perspectives and Materialities." Based on the everyday uses of media, multiple approaches are observed, both in terms of the theoretical perspectives adopted and the themes and issues studied. This journey, among other issues, highlights the role of

¹ Professora titular na Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e no corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (PPGCOM-UFRJ). Bolsista de Produtividade do CNPq. E-mail: goulartap@gmail.com. Orcid: [0000-0002-9341-4629](https://orcid.org/0000-0002-9341-4629)

² Professora permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS) e pesquisadora no Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde (LACES), ambos do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). E-mail: izamara.bastos@fiocruz.br. Orcid: [0000-0002-4051-1804](https://orcid.org/0000-0002-4051-1804)

³ Professora no Departamento de Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e no corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC-UFF). Pesquisadora Faperj. E-mail: rachelbertol@id.uff.br. Orcid: [0000-0001-8411-4002](https://orcid.org/0000-0001-8411-4002).



media in the construction of an ethical memory, a horizon that leads to the reflections and dialogues that inform this Editorial.

Keywords: communication and memory; media; ethical memory.

Resumen:

Este artículo analiza cómo la memoria está presente de forma transversal y decisiva en numerosos fenómenos sociales y procesos mediáticos, a partir del análisis del conjunto de artículos seleccionados para la primera edición del dossier "Comunicación y Memoria: Perspectivas Teóricas y Materialidades". A partir de los usos cotidianos de los medios, se observan múltiples enfoques, tanto en la teoría adoptada como en los temas y problemáticas estudiados. Este recorrido, entre otras cuestiones, destaca el papel de los medios en la construcción de una memoria ética, un horizonte que da lugar a las reflexiones y diálogos que informan este editorial.

Palabras clave: comunicación y memoria; medios de comunicación; memoria ética

Introdução

A relação entre Comunicação e memória encontra-se no cerne de alguns dos mais cruciais movimentos em jogo na cultura contemporânea, a começar pelos extremismos políticos, a desinformação e os negacionismos de diferentes tipos. São fenômenos diretamente implicados pelos processos midiáticos, nos quais os “usos e abusos” da memória, para retomar a expressão de Todorov (1995) lembrada em muitos artigos do dossiê Comunicação e Memória, surgem como elemento de primeiro plano, fator de causalidades, justificativas, embates. Não é de hoje que a memória se tornou algo em nome do qual se luta, mas as composições em jogo nas mídias digitais trazem camadas inéditas de complexidade para esse processo. Exige-se dos pesquisadores, nesse sentido, um esforço renovado de análises, repleto de sutilezas e nuances para investigar e interpretar contextos sociais variados nos quais a memória atua. Diante de tantos desafios, os estudos da memória na área da Comunicação vivem uma fase de efervescência, o que se comprova pelo número elevado de submissões para este dossiê, que será publicado em duas edições. A primeira chega agora aos leitores.

A memória se torna cada vez mais um elemento transversal a muitos fenômenos sociais, um prisma possível para a análise de temáticas variadas relacionadas à comunicação, como demonstra o conjunto de artigos aqui selecionados. Conforme apontado na chamada deste Dossiê intitulado ***Comunicação e Memória: perspectivas teóricas e materialidades***, as formas contemporâneas de memória



são moduladas, em grande parte, a partir dos usos cotidianos das mídias. Atentos a essas articulações, os estudos sobre comunicação e memória têm se constituído num campo fértil de investigação nas últimas décadas. O debate em torno do tema se desdobra em abordagens múltiplas, tanto em termos das perspectivas teóricas adotadas, quanto dos temas e problemáticas pesquisadas.

Podemos dizer que “memória” se tornou até mesmo uma das palavras-chave para nossa relação com as mídias digitais. Nos arquivos de redes sociais, depositamos textos, fotografias, fragmentos de nossas construções autobiográficas cotidianas. Além de nosso esforço autobiográfico constante, muitas vezes tenso, envolto em ansiedades e adoecimentos, todos os nossos movimentos nesses espaços virtuais alimentam bancos de dados globalizados que contribuem para a composição de escritos automatizados anônimos da “inteligência artificial”. Engendram-se novos pactos de leitura, autoria e compreensão do mundo. Vivemos, de maneira intensa, a ilusão utópica da memória total, tecnificada e instantânea, na palma da mão.

Há inclusive mudanças cognitivas na relação com a memória, na medida em que os artefatos midiáticos propiciam novas formas de armazenamento de informação, que nos fazem recordar a anedota contada por Sócrates em *Fedro*, diálogo de Platão. Ao ganhar a escritura de presente do deus egípcio Thoth, o rei Tamos lhe disse: “O que descobriste não é uma poção (*phármakon*) para a memória (*mneme*), mas sim para a evocação (*hupomneseus*); proporcionará aos teus discípulos a aparência de sabedoria (*doxan*), mas não a verdadeira sabedoria (*aletheia*)” (apud Seligmann-Silva, 2022, p. 69). Segundo Tamos, isso acontecerá porque a escritura “irá gerar esquecimento (*leten*) nas mentes dos que farão seu aprendizado, visto que deixarão de praticar com sua memória” (idem). Trata-se de uma crítica às “próteses de memória” enaltecidas pelos sofistas: elas seriam um *phármakon* ambíguo, que tanto pode curar quanto gerar adoecimento (no caso, esquecimento), em contexto no qual a verdade é associada a *aletheia* (desvelamento). O rei Tamos alcunhou Thoth, como lembra Seligmann-Silva, como “engenhoso” ou “deus da técnica”.

Na contemporaneidade, as técnicas ambicionam proporcionar uma memória total e buscam romper os “limites do controle”, para lembrar o título do breve ensaio dos anos 1970 de William Burroughs (2021). Sem limites, ocorre a subjugação; afinal, uma boneca não precisa ser controlada, basta que seja manipulada. E uma boneca não possui memória - a não ser que sejam memórias transplantadas, calculadas. O consumo exacerbado como valor central em nossas vidas, que gera individuação,



competição e solidão, pode ser considerado um exemplo dessa acomodação ao que seria uma “monocultura do pensamento” (sobre esse conceito ver Sodré, 2012; Stengers, 2019, entre outros), sem alternativas aparentes, nem rastro de resistência.

Porém, é difícil haver sistemas sem brechas e imperfeições que impeçam a resistência: esta é nossa esperança. Até mesmo a mentira encontra seus limites, e cada vez mais. Está-se bem longe de uma utopia de pacificação tecnificada. Constata-se isso também a contragosto, com a proliferação de cenários políticos disruptivos, atravessados por discursos de ódio, preconceito, intransigência, guerras - e mesmo genocídio, como o que vem se confirmando por diferentes evidências na Faixa de Gaza. Essas situações trazem problematizações agudas para os estudos da memória.

Está em jogo o que Huyssen (2000) já afirmava no fim do século passado, ainda na aurora da comunicação em redes digitalizadas, quando apontava para o risco de uma intensa amnésia social, ao observar que as possibilidades do digital não se mostravam adequadas para as políticas progressistas da memória, apesar da vocação enciclopédica da internet e do termo “memória”, como dissemos, ser central na organização dos espaços derivados das mídias digitais. O chamado *boom* em torno da memória, como dizia Huyssen, seria o sintoma do medo de um grande esquecimento: é preciso tudo registrar, armazenar, musealizar, antes que se evapore.

Sempre pode ser bom, nesse sentido, evocar Hannah Arendt, preocupada em restituir a verdade histórica depois do Holocausto. Em *Verdade e política* (1995), ela destacava, há mais de meio século, que nunca antes na História as possibilidades técnicas da comunicação haviam atingido tal ponto a fim de permitir, pela primeira vez, a construção de sistemas inteiros de mentira. É o que se coloca em jogo hoje, de forma ainda mais contundente do que no contexto em que Arendt fez essa constatação: a construção de sistemas complexos de mentira que propiciam esquecimento, manipulação e negação da realidade, com fins políticos (e muitos outros).

Portanto, voltar-se ao estudo da memória no campo da Comunicação é também, muitas vezes, realizar o questionamento sobre as fontes, sobre o estatuto dos testemunhos (orais, textuais, imagéticos), a confrontação dos discursos midiáticos, a pesquisa aprofundada em arquivos, assim como a investigação das formas de organização e das dinâmicas de funcionamento desses arquivos, inclusive daqueles digitalizados e moldados por algoritmos. Trata-se de um embate com a realidade e com as fontes indiciais dos fatos, muitas vezes históricos.



Como aponta Marialva Barbosa, autora convidada para este Dossiê e referência nos estudos de Comunicação e História, em seu artigo para esta publicação, o estudo da memória não pode ser dissociado de um esforço, no campo da Comunicação, de aprofundamento da compreensão não apenas das teorias da memória, como, em muitos casos, dos estudos históricos. A memória faz os tempos passados irromperem no presente. Todavia, como aponta ainda Barbosa, não se deve confundir história e memória. Enquanto a primeira é regida pela epistemologia da verdade, a memória é regida pelo regime da crença em relação à sua fidelidade ao passado. Por isso a importância da análise historiográfica, ou seja, do questionamento sobre como se realizam os estudos históricos, assim como do adensamento das análises teóricas e metodológicas a respeito da memória, para o qual contribui este dossiê.

Nesse ponto, é esclarecedor trazer a distinção que Huyssen (2000) estabelece entre as políticas progressistas de memória, necessárias para a coesão social e que precisam ser continuamente estimuladas, e os usos midiáticos da memória com finalidades de mercado. O autor destaca a importância do trabalho de memória em países que passaram por ditaduras, como Argentina e Chile, e por regimes como o apartheid, na África do Sul. A questão do Holocausto e dos crimes que não prescrevem, considerados como violações de direitos humanos ou crimes contra a Humanidade, também motivam trabalhos de memória que é preciso estimular continuamente.

No Brasil, a memória da ditadura militar (1964-1985) tem sido levada à centralidade dos debates somente há cerca de dez anos, a partir sobretudo do Relatório da Comissão Nacional da Verdade, apresentado em 2014, que trouxe uma série de documentos que comprovam crimes cometidos “nos anos de chumbo”. Como reação, destaca-se o revisionismo antidemocrático promovido pela extrema-direita a respeito desse período histórico, com o elogio de torturadores e nova tentativa de golpe de Estado, que culminou com as depredações simultâneas, realizadas em 8 de janeiro de 2023, das três instituições simbólicas do funcionamento da democracia: o Supremo Tribunal Federal (STF), o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto, liderado por um presidente eleito pelo voto da maioria da população. O chamado núcleo duro de planejamento do golpe foi condenado pela primeira turma do STF, em julgamento histórico, em 11 de setembro de 2025. Pela primeira vez, militares e um ex-presidente da República foram condenados à prisão no Brasil. Contra a tentativa da Câmara dos Deputados de se opor a esse resultado, foram realizados protestos históricos em diferentes capitais do Brasil, em 21 de setembro de 2025, nos quais se entouou com força



a palavra-de-order “sem anistia”, assim como se marcou posição contra a chamada “PEC da blindagem”⁴.

Esses episódios trazem à cena a memória do processo de anistia de 1979 que, ao permitir a volta de muitos exilados ao país, procurou um caminho falsamente conciliatório, ao liberar de seu devido julgamento os militares que assassinaram, torturaram e cometeram outros crimes contra civis. Novas pesquisas e diferentes produtos culturais têm contribuído para adensar o debate sobre essa impunidade histórica e sua memória, caso do filme *Ainda estou aqui*, de Walter Salles, vencedor do Oscar de Melhor Filme Internacional em 2025. Foi a primeira estatueta conquistada pelo Brasil na premiação, o que teve grande impacto na opinião pública do país. A memória da ditadura se tornou, com o filme, pauta de conversas cotidianas de diversos brasileiros nesse período.

A atuação de movimentos sociais e do Ministério Público Federal na investigação de empresas que colaboraram com o aparato repressivo da ditadura militar também é exemplar do trabalho de memória que vem sendo realizado nesse sentido no Brasil. Ao assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Volkswagen, o MPF conseguiu que a empresa reparasse financeiramente os trabalhadores que foram suas vítimas diretas, assim como financiasse pesquisas sobre o envolvimento de outros agentes privados em crimes da ditadura. No que se refere às mídias, determinou-se a investigação sobre o jornal *Folha de S.Paulo*, que resultou, além do impacto jurídico, no livro *A Serviço da Repressão: Grupo Folha e violações de direitos na ditadura* (2024) e no documentário *Folha Corrida* (2025), dirigido por Chaim Litewski.

De acordo com Seligmann-Silva (2022), em uma época de crise das grandes narrativas, a memória se transformou em um dos últimos bastiões da ética. Nesse contexto, a memória deve ser pensada como uma prática política para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa. Diante da persistência da violência colonial, das diferentes formas de racismo e de exploração de classe e de gênero, faz-se necessária a construção de uma memória ética, que faça justiça aos sofrimentos dos povos indígenas, dos afrodescendentes e de todos os que participam de movimentos sociais no campo e nas cidades.

⁴ A chamada “PEC da blindagem” foi uma Proposta de Emenda Constitucional cujo objetivo era promover uma maior proteção aos parlamentares brasileiros diante de possíveis ações judiciais. O que ampliaria a proteção a eles em caso de investigações e processos criminais e civis que viessem a enfrentar.



Para fazer frente à persistência da violência colonial, portanto, será importante romper com “a monocultura do pensamento”, ou seja, considerar outras visadas epistemológicas e ontológicas para a compreensão do mundo, além da centralidade eurocêntrica, esforço que tem sido empreendido pelos estudos decoloniais. Estes são também parâmetros para a crítica das mídias e para a responsabilidade destas na construção de uma memória ética na sociedade. Nesse sentido, as memórias ancestrais, atuantes na trama das temporalidades espiralares (Martins, 2021) das culturas afrodescendentes no Brasil, por exemplo, ganham contornos quase didáticos, aos nos remeterem às coletividades, às localidades, com visões de mundo menos predatórias e, portanto, mais sustentáveis e colaborativas. É também o “futuro ancestral” que se põe em cena, para retomar a expressão popularizada no título do livro de Ailton Krenak (2022). Afastamo-nos, desse modo, daqueles que bradam *drill, baby, drill* (um dos motes da campanha eleitoral de Donald Trump para a Presidência dos EUA em 2024, em apoio à exploração de petróleo, ato de fundo negacionista, por exemplo, em relação ao aquecimento global). Estes, os que bradam atrás de Trump, parecem viver (cegamente) rumo ao fim do mundo para o qual contribuem, em meio à amnésia social, segundo a proposição de Huyssen (2000)⁵ já citada. As disputas de memória nas mídias participam desses embates de muitas maneiras, como também veremos a seguir com a apresentação mais detalhada dos artigos da primeira parte do dossiê Comunicação e Memória.

Memória como produção de verdade

Um evento como a pandemia de Covid-19, que teve início em 2020, além de colocar em questão nossa relação com a natureza, nos lançou em cheio, de forma compulsória, numa teia complexa de temporalidades. A pandemia matou milhões de pessoas em todo o mundo, paralisou o cotidiano da vida no planeta e trouxe uma série de questionamentos que ainda não foram respondidos. Diante daquele “novo normal”, as memórias chegaram a ser consideradas âncoras de sobrevivência (para a saúde mental), de quem se viu repentinamente numa ilusão de hiato temporal, vivendo em isolamento social. Esse tema é explorado no artigo ‘*Diários da Pandemia*’ no *Museu da Pessoa: memória, escritas digitais do eu e emoções*, assinado por Jacqueline Lima

⁵ A relação entre a ascensão de Trump e o nazismo é analisada por Huyssen (2020) em artigo mais recente.



e Daniele Ribeiro Fortuna. As autoras refletem sobre as emoções e as memórias de brasileiros considerados anônimos, a partir da análise de textos que fizeram parte da Exposição “Diários da pandemia – Um dia de cada vez”, lançada em junho de 2021 pelo Museu da Pessoa (SP). Os textos eram testemunhos das pessoas que vivenciaram o tempo de reclusão, enviados à instituição por meio de uma ferramenta colaborativa. O artigo aborda a relação da memória com a internet e propõe uma discussão sobre a questão da escrita digital e as emoções. A necessidade de distanciamento físico, imposto pela emergência sanitária no período da pandemia de Covid-19, fez emergir diferentes iniciativas em ambientes virtuais/remotos.

O caso da pandemia evidencia como as questões de saúde exigem estudos de muitas ordens a propósito das tramas comunicacionais: são estudos urgentes pois envolvem, muitas vezes, (des)informações que podem levar à óbito. No que se refere à memória, quantos de nós não fomos confrontados, no período da pandemia de Covid-19, com discursos que nos remetiam à época da Revolta da Vacina (1904) ou da pandemia de “gripe espanhola” (1918)? Memórias discursivas que foram observadas e que, no atravessamento de temporalidades distintas, buscaram ofertar certa estabilidade aos discursos do tempo presente. Há inúmeras pesquisas e estudos que evidenciam a importância de projetos na interface memória, comunicação e saúde, que apontam a relevância de tais investigações para a vida da população. A Saúde Pública brasileira, por diversas vezes ao longo da história, se viu e se vê desafiada a enfrentar um passado que nem sempre ajuda a combater os problemas do tempo presente.

As “escritas digitais do eu”, como as que se destacam na exposição do Museu da Pessoa, podem ser associadas às performances midiáticas que se exige hoje até como pré-requisito para bons empregos e trabalhos. Aspectos dessa prática são analisados no artigo *Não me procura no passado, eu não estou mais lá: narrativas e memórias de jovens investidores midiáticos*, assinado por Marcelo Marcelino e Igor Sacramento (*in memoriam*)⁶, no qual os autores discutem a memória como dispositivo e tecnologia de subjetivação contemporânea. São analisados perfis em redes sociais de dois jovens influenciadores digitais que se apresentam como “mentores ou professores de cursos

⁶ As editoras convidadas deste dossiê, registram aqui suas homenagens ao pesquisador e professor Igor Sacramento, que faleceu no último 21 de abril, e ressaltam os agradecimentos pela oportunidade de partilharem de vivências e afetos no mesmo tempo histórico que ele. Lamentam profundamente sua partida tão precoce e exaltam suas contribuições aos estudos de Comunicação - História - Saúde.



peçoais” e se dedicam a assuntos ligados ao mercado de capitais e finanças. E investir, segundo os autores, não pode ser considerado hoje algo relacionado apenas às finanças ou à economia, “pois abarca uma ampla gama de setores e áreas da vida social, como corpo, saúde (física e mental), educação, entre outras”.

Conforme destacam Marcelino e Sacramento, “a narração da experiência transforma-se numa performance comunicacional que reinscreve o passado como recurso estratégico de legitimação do presente”. A memória é apontada como fundamental para a narrativa de si e para que a história de superação, através de investimentos e ganho financeiro, adquira sentido: “A partir dos atos de memória, os investidores reconstituem seus passados de privação e procuram dar novos sentidos para o sofrimento, convertendo em condição para ascensão e sucesso”. Com base em Foucault (2008), a memória é analisada como lugar produção da verdade para a investigação de um “novo self” da juventude “neoliberalizada”.

Aspectos biográficos também são apontados por Marialva Barbosa no artigo *Comunicação, História e Memória: as ‘vozes incontroladas’ do passado*. Além de analisar aspectos conceituais da relação entre memória e Comunicação, como já destacamos, a autora apresenta resultados preliminares de sua pesquisa “Biografias improváveis dos escravizados brasileiros do século XIX”. Como ela afirma, “a partir de restos duradouros do passado”, é possível reconstruir biografias, usando a “imaginação historiadora”. É nos fragmentos da vida de pessoas escravizadas que a autora encontra, justamente, “as vozes incontroladas” do passado, vozes que se mostram insubmissas, num movimento que coloca os escravizados como “autores de suas existências”. Sua investigação histórica tem como objetivo, afirma a pesquisadora, “articular o memorável com o comunicacional”.

Direito à memória

Entre os artigos reunidos nesse dossiê, há um grupo que analisa a relação entre memória e vida urbana, na tensão entre diferentes tempos históricos e possibilidades de memória. É o caso do texto de Talitha Ferraz, que associa as ruínas de antigos e imponentes cinemas do subúrbio carioca, em áreas hoje muito degradadas, a forças necropolíticas (Mbembe, 2018). No artigo *Ruínas de ‘cinemas suburbanos’: aspectos hauntológicos entre destituições, tecnostalgias e limiares cinematográficos*, a autora destaca as ruínas de três cinemas, em Ramos, Olaria e Bonsucesso:



Entendemos que a negligência que permeia o apagamento dos três são sintomas de uma era guiada por necropoderes, que não apenas selecionam *quem deve viver e quem deve morrer*, mas, num sentido amplo, também operam através de princípios de exclusão e arrasamento, minando e destituindo os locais de seus recursos e infraestruturas e, do mesmo modo, os territórios existenciais, os patrimônios, as manifestações culturais e as memórias. (Ferraz, 2025)

Esses espaços, de inegável simbolismo histórico, são alvo, segundo a autora, de contínuas destituições socioculturais e precarizações, que atingem os cidadãos ao seu redor. Além disso, a própria imagem do subúrbio é atravessada por “reducionismos que conformam, silenciam e invisibilizam experiências passadas e atuais”. Põe-se em cena uma luta por narrativas e por direito à memória. Com a negação do direito à memória das populações suburbanas, tem-se também a alienação do “direito à cidade”, conceito que ela traz a partir de Lefebvre (2012). No artigo, a autora explora ainda conceitos como “limiares cinematográficos” e “tecnostalgia” para analisar as transformações das salas de cinema desde finais do século XX. A noção de ruína é vista como “um conceito prismático” e a ideia de “hauntologia” vem de Mark Fisher (2022), a partir do pensamento de Jacques Derrida, para a reflexão sobre a presença espectral de tais ruínas, conectando seu declínio a questões de memória urbana e cinematográfica.

A análise do conceito de nostalgia também se faz presente na entrevista de Katharina Niemeyer, concedida a Luciana Armonino e Anna Cavalcanti, publicada junto com o dossiê Comunicação e Memória. A pesquisadora discute o conceito de “solastalgia”, para aprofundar as interpretações das relações entre memória e temporalidades, levando em conta sobretudo o contexto da crise climática.

Do cinema, passamos ao carnaval no texto *‘Todos têm direito a seus retratinhos’: o carnaval de Salvador entre os estúdios da Lindemann e as páginas da Renascença*, de Henrique Santos. Com base em pesquisa histórica sobre fotos de foliões tiradas em estúdio, publicadas na revista *Renascença* nos anos 1920, o autor analisa elementos das imagens, como as poses e as fantasias, a fim de delinear as diferenças sociais e raciais, entre outras, presentes no carnaval soteropolitano. Santos destaca como o modo de brincar eurocêntrico prevalecia em relação ao entrudo, um tipo de festejo popular marcado pela forte presença de pessoas negras, presença essa que era, naquele momento, rechaçada pelas elites racializadas interessadas em embranquecer o país. A pesquisa destaca como o retrato era uma prática de afirmação



do sucesso e da individualidade burguesa e também uma maneira de produção de uma memória visual da cidade.

A relação entre memória e cidade está presente ainda no artigo *Poesia de cordel nas feiras: a memória em São Cristóvão e na Feira Central*, de Maria Gislene Carvalho Fonseca e Carlos Alberto Carvalho. Os autores fazem análises cruzadas das performances da poesia de cordel nas feiras de São Cristóvão (RJ) e Campina Grande (PB). A partir de Ricoeur (2007), adotam uma abordagem hermenêutica, considerando memória enquanto construção coletiva e em uma relação dialética com o esquecimento. Destacam que a constituição dos traços específicos da poesia que se faz em cada uma das feiras é o elemento central da tradição e da memória que a constitui. Assim, o artigo busca compreender os elementos mnemônicos que constituem a poesia de cordel e considera a imaginação como movimento da criação de um mundo possível construído nas performances. Além de visitas às feiras, para imersão nos ambientes e observação de seus diferentes aspectos, os autores realizaram entrevistas e/ou escutas no local. O artigo aponta que as performances produzem memórias coletivas que estão em constantes negociações, indicando disputas simbólicas em torno da legitimidade cultural da poesia de cordel.

Em outra chave, os dois artigos que encerram o dossiê voltam-se para a memória da ditadura por meio de artefatos editoriais. No texto *Editores e jornalistas: a produção do “livro-tarefa” na campanha pelo retorno dos exilados ao Brasil*, Márcio Castilho analisa a atuação da editora Alfa-Ômega no período da abertura política no Brasil, no final dos anos 1970, sobretudo a partir da análise do livro-reportagem *Os exilados: 5 mil brasileiros à espera da anistia* (1979), de Cristina Pinheiro Machado. O autor cita Robert Darnton (1996) para destacar como a produção editorial atua na construção de memória histórica, desempenhando papel ativo na formação na vida do público leitor.

Por sua vez, o texto *31 de março entre ternos e fardas - a efeméride do golpe sob as lentes do Estadão*, de Ana Carolina Lima Santos e Paulo Bernardo Ferreira Vaz, realiza uma pesquisa nas fotografias publicadas em edições do jornal *O Estado de S. Paulo* de 31 de março, desde o período da ditadura, para analisar como a efeméride do golpe militar é vista. Essas publicações atuam diretamente na memória da sociedade a respeito daquele período histórico. A partir de Ricoeur (2007), os autores destacam a noção de “memória impedida”, no modo como se manipulam esquecimentos sobre o golpe ao longo do tempo.



Brevíssimo excursus final

Os artigos que abordam a memória da ditadura nos remetem, nesta semana que fechamos a apresentação do dossiê, aos protestos do último dia 21 de setembro, como destacamos no início, com manifestações em todas as capitais do país contra a anistia aos golpistas de 8 de janeiro de 2023 e contra a "PEC da blindagem". Trata-se de movimento, sem dúvida, relevante no processo de construção de uma memória ética da história recente do país.

Por outro lado, no cenário internacional, o presidente Donald Trump convocou, em 30 de setembro, centenas de líderes militares norte-americanos de diferentes partes do mundo para anunciar medidas restritivas que afetam o que chamou de "inimigos internos", referindo-se aos estrangeiros, e destacou que as cidades que forem consideradas perigosas serão usadas como campo de treinamento militar. Foi anunciado ainda um relaxamento das regras de combate nas Forças Armadas para garantir letalidade máxima. Barba e cabelo longo não são bem-vindos entre os oficiais. Também foi dito que não é aceitável haver militares gordos e que todos devem atender o mais alto nível de masculinidade⁷. As mulheres que não alcançarem padrões necessários de preparação física serão eliminadas. A situação é distópica.

No entanto, o que temos, sobretudo, é a *sensação* de vermos uma cena distópica. Há uma espécie de excesso de ficcionalidade que escorrega a partir da leitura de notícias tão incomuns e radicais como esta, da convocação do militarismo para enfrentar inimigos imaginários e a exaltação da masculinidade branca. *O conto de aia*, romance que Margaret Atwood (2017) publicou em 1985, parece tornar-se cada vez mais atual. Na obra, a memória da vida antes do regime fundamentalista da república de Gilead é um meio importante para Offred, a narradora, manter-se lúcida e resistir à opressão. A memória torna-se uma transgressão, secreta, *feminina* e decisiva para não sucumbir à dominação total.

Referências bibliográficas

ARENDT, Hannah. **Verdade e política**. São Paulo: Relógio D'Água, 1995.

⁷ As notícias a respeito podem ser consultadas em <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2025/09/30/governo-trump-cobra-aparencia-profissional-dos-militares-e-diz-ser-inaceitavel-generais-e-almirantes-gordos-no-pentagono.ghtml>. Acesso em 2 de outubro de 2025.



- ATWOOD, Margareth. **O conto de aia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório. Comissão Nacional da Verdade**: v.I. Brasília : CNV, 2014.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório. Comissão Nacional da Verdade**: v.II. Textos Temáticos. Brasília : CNV, 2014b.
- BURROUGHS, William S. Os limites do controle. **Verve** (PUC-SP), 39: 143 - 154, 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/56573>. Acesso em 2 de outubro de 2025.
- DARNTON, Robert. **O iluminismo como negócio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FISHER, Mark. **Fantasma da minha vida**: escritos sobre depressão, assombrologia e futuros perdidos. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, Universidade Cândido Mendes, Museu de Arte Moderna-RJ, 2000.
- HUYSEN, Andreas. Behemoth levanta-se novamente: reflexões sobre o fascismo no século XXI. Tradução Sabrina Parracho Sant'Anna. **Arte e Ensaios**. vol. 26, n. 40, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/1726-2018>. Acesso em 2 de outubro de 2025.
- KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Trad.: Rui Lopo. Lisboa: Estúdio e Livraria Letra Livre, 2012.
- MARTINS, Maria Leda. **Performances do tempo espiralar**: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 Edições, 2018.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart *et al.* **A serviço da repressão**: Grupo Folha e violações de direitos na ditadura. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Mórula, 2024.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2022.
- STENGERS, Isabelle. **Résister au désastre**. Dialogue avec Martin Schaffner. Wildproject, 2019. Disponível em: <https://www.calameo.com/read/00208342524ebfcddea4a>. Acesso em 2 de outubro de 2025.
- SODRÉ, Muniz. **Reinventando a educação**: diversidade, descolonização e redes. Petrópolis, RJ : Vozes, 2012.
- TODOROV, Tzvetan. **Les abus de la mémoire**. Paris: Arléa, 1995.



Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.